



LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

Saúde

Na Quinta-feira passada foi realizada reunião entre integrantes da pastoral da saúde da Igreja São José, do Almerinda Chaves, com a Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores de Jundiaí. O grupo, de 15 pessoas, cobrou os vereadores sobre o prédio da UPA Novo Horizonte. Os vereadores explicaram o problema de que a UPA não está prevista no Orçamento deste ano, conforme o próprio gestor de Saúde, Vagner Vilela, tem explicado. A comissão ficou de pressionar para que, ao menos, saia um PA 24 horas ali.

Vai Corinthians!

Ontem o deputado do Partido dos Trabalhadores (PT) Andres Navaro Sanchez esteve em Várzea Paulista. Ele, que já foi presidente do Sport Club Corinthians Paulista, acompanhou eventos esportivos no Jardim Diana. O ex-homem forte do Timão não estava sozinho. Em sua comitiva, estava, também, o vice-presidente, André Luiz Oliveira. Nos bastidores, especula-se oportunidades...

Economia

A Câmara de Jundiaí está em ritmo de corte de gastos. Nesta semana, a presidência da Casa, irá divulgar nova norma para uso do plenário. Até então, a área poderia ser usada por qualquer instituição, sem qualquer tipo de custo. Contudo, quem arca com os gastos - energia, água e horas extras de funcionários - é a Câmara. A partir de agora, o local terá uso regulamentado para associações de moradores, escolas públicas, entidades filantrópicas e de utilidade pública (sem fins lucrativos).

Audiência cancelada

O vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) solicitou o cancelamento da audiência pública que estava agendada, a seu pedido, para o dia 23, quinta-feira, na Câmara de Jundiaí. O encontro, que tinha como objetivo discutir o projeto de lei de sua autoria para regulamentar o transporte de passageiros pelo Uber, será agendado após o vereador modificar o projeto de lei. O assunto é de grande discussão e promete lotar o plenário.

Sessão tranquila

A pauta da 7ª Sessão Ordinária da Câmara de Jundiaí, que será realizada amanhã, terça, às 18h, não trará itens polêmicos para discussão. Ao todo serão analisados três projetos de lei (PL) e quatro moções. Entre os PLs, dois são de autoria do Prefeito Municipal para reequilíbrio de funções de servidores. O único da Casa é de autoria de Márcio Cabelheiro (PMDB), que trata da liberação de passe de transporte público para idosos acima de 60 anos.

De olho

Circula comentário na cidade de que há servidores públicos se amotinando contra gestores. Motivo: aumento de trabalho fora dos departamentos.

► LEGISLATIVO

Movimento de Jundiaí analisará atuação de vereadores durante mandato 2017-2020 e quer diálogo

Voto Consciente apresenta critérios de avaliação na OAB

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

O Movimento Voto Consciente Jundiaí fará hoje, às 19h, na Casa do Advogado da 33ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Jundiaí, a apresentação dos critérios que serão utilizados para dar nota aos vereadores da legislatura de 2017-2020. A atuação, na opinião dos vereadores, é interessante e deve ser acompanhada pelos legisladores para que haja diálogo e transparência.

O evento - que ocorre na rua Rangel Pestana, 636, Centro - será aberto ao público e terá transmissão ao vivo pela internet. Desde 2007, o movimento dá uma nota aos vereadores, conforme critérios estabelecidos (presença, atuação, participação, interação via internet). O objetivo, segundo o movimento "é oferecer às pessoas condições de análise para que possam selecionar melhor os seus representantes, conhecer o trabalho dos mesmos e

acompanhar as atividades dos parlamentares."

De acordo com Sofia Mortara, voluntária no movimento desde 2014 e atuante no grupo de avaliação do legislativo, essa análise é, sobretudo, uma ferramenta para a cidade - tanto aos cidadãos quanto aos vereadores, já que a fiscalização ocorre durante todo o mandato. "Costumamos pensar na atuação dos vereadores no período eleitoral. Mas a avaliação reafirma a importância de acompanhar e fiscalizar o legislativo, de as sessões da Câmara Municipal serem um espaço cidadão, e de haver diálogo e transparência", afirma.

Os critérios avaliados são: Fiscalização do Executivo, Presença nas Sessões, Presença nas Comissões Temáticas, Acessibilidade Cidadã (Presença na Internet) e Projetos de Alto Impacto (Projetos Relevantes). Ao final da apresentação haverá espaço para questionamentos entre os presentes.

Interação

Segundo o presidente da

Câmara de Jundiaí, Gustavo Martinelli (PSDB), a avaliação é importante. "Toda avaliação é interessante. É preciso que as formas de avaliação sejam transparentes e que haja diálogo. Por exemplo, o critério de participação nas comissões, não se aplica ao vereador que está como presidente, que não pode fazer parte de nenhuma das comissões. Serão dois presidentes no mandato. Essa situação precisa ser contabilizada para que, lá na frente, esses nomes não sejam prejudicados na avaliação", destaca.

Ele pretende estar presente na apresentação dos critérios, hoje. Já o vereador estreatre Douglas Medeiros (PP) irá enviar um assessor. "Já tinha compromisso agendado anteriormente e não tenho como desmarcar. De qualquer maneira, meu assessor estará presente para me colocar a par dos critérios, que serão importantes e auxiliarão na condução dos trabalhos durante o mandato", ressalta.



TRABALHO Voto Consciente opera desde 2007 na análise atuação de vereadores de Jundiaí

Douglas afirma que já conhece o trabalho do Movimento e que não se pode avaliar os vereadores apenas pela produtividade em termos de quantidade de projetos aprovados ou leis

propostas. "O vereador tem, entre suas atribuições, o papel de fiscalizar o Executivo e levar as demandas da sociedade para a administração. Esse é o meu perfil", aponta.

► LAVA JATO

Juiz Moro diz ter apoio de 'grande maioria' em ações

Em um vídeo postado nas redes sociais, o juiz Sergio Moro, que conduz os processos da Operação Lava Jato em Curitiba (PR), agradeceu as "manifestações de carinho" e disse que a investigação tem o apoio da "grande maioria, talvez a totalidade da população".

O depoimento foi publicado ontem na página do Facebook "Eu MORO com ele", criada pela mulher de Moro, Rosângela Wolff Moro, para receber manifestações de solidariedade ao juiz. Na sexta (17), a página completou um ano, e a Operação Lava Jato, três.

No vídeo, Moro agradeceu pelos comentários na página, que, segundo ele, "foi criada em um momento muito difícil".

"ajudou em um momento muito tenso para que nós realizássemos essa travessia, sabendo que nós contávamos com o apoio da grande maioria, talvez a totalidade da população para esses trabalhos que vêm sendo realizados na assim chamada Operação Lava Jato", disse.

"A página está completando um ano, continua recebendo essas manifestações de carinho e eu tenho somente que agradecer a todos vocês", concluiu.

Na semana em que a página foi criada, em 2016, Moro passou de "herói" - exaltado em cartazes e gritos de guerra durante manifestações espalhadas pelo País a favor do impeachment de Dilma Rousseff - a alvo de polêmica, após ter

suspendido o sigilo de conversas telefônicas do ex-presidente Lula interceptadas pela Polícia Federal, que atingiram Dilma.

Na época, o então ministro do STF e relator da Lava Jato Teori Zavascki, morto em um acidente aéreo no início do ano, determinou que Moro encaminhasse todas as investigações envolvendo o ex-presidente para o tribunal e decretou sigilo nas interceptações telefônicas envolvendo o petista.

Moro admitiu que poderia ter errado no entendimento jurídico adotado no caso, mas pediu "respeitosas escusas" ao Supremo pelos efeitos causados com a divulgação de escutas e disse que não houve motivação político-partidária. (Folhapress)

► SEGUNDO STF

Corrupção no Brasil é estrutural

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso disse que a corrupção se disseminou no Brasil "em níveis espantosos, endêmicos". "Não foram falhas pontuais, individuais, pequenas fraquezas humanas. Foi um fenômeno sistêmico, estrutural, generalizado. Tornou-se o modo natural de se fazer negócios e política no Brasil. Esta é a dura e triste realidade", afirmou, durante aula inaugural para alunos de direito da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio. Para Barroso, o direito penal brasileiro não conseguiu desempenhar seu papel, que é o de funcionar como prevenção geral a delitos.

"Um direito penal absolutamente ineficiente, incapaz de atingir qualquer pessoa que ganhe mais do que cinco salários mínimos, fez com que nós construíssemos um País de ricos delinquentes, um País em que as pessoas vivem de fraudes à licitação, de corrupção ativa, de corrupção passiva, de peculato, de lavagem de dinheiro. Isso não foi um acidente. Isso se espalhou pelo País inteiro", disse o ministro, na aula realizada na última sexta-feira (17).

Foro privilegiado

Em sua palestra, o ministro também comentou sobre o foro privilegiado de parlamentares. Ele enviou há um mês ao plenário da Corte uma ação penal na qual deve ser discutida a restrição do foro privilegiado para deputados federais e senadores. Para ser julgado, o processo precisa ser pautado pela presidente do Supremo, Cármen Lúcia. Ainda

não há data prevista.

Segundo Barroso, existem cerca de 500 processos criminais no Supremo, entre ações penais e inquéritos, a quase totalidade deles contra parlamentares. Ele informou que o STF leva um ano e meio para receber uma denúncia enquanto um juiz de primeira instância recebe a denúncia, em média, em 48 horas. Essa diferença ocorre porque o procedimento nos tribunais superiores é muito mais complexo, explicou.

O ministro do STF destacou que, desde 2001, já se prescreveram mais de seis dezenas de casos. "O sistema é feito para não funcionar, é feito para produzir prescrições. E ele produz", afirmou. "O sujeito vira deputado, o processo sobe para o Supremo. Ele passa a ser prefeito, desce para o Tribunal de Justiça. Ele se desincumbibiliza para concorrer a outro cargo, passa para o primeiro grau. Depois ele se elege deputado, o processo volta para o Supremo. O processo sobe e desce e você não consegue que ele tenha um fluxo natural".

Para Barroso, o ideal era que a restrição do foro privilegiado para poucas autoridades fosse feita por emenda constitucional. Mas como essa decisão depende do Congresso, o ministro propôs restringir o foro privilegiado de parlamentares para os atos que foram praticados no exercício do cargo e estejam relacionados a essa ocupação. "Se se impõe essa restrição, mais de 90% dos casos de foro privilegiado deixarão de ter sede no Supremo", destacou. (Folhapress)

► ELEIÇÕES

Biometria deve chegar a todos os eleitores até 2020

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Gilmar Mendes, disse que todos os eleitores devem estar cadastrados no sistema biométrico - pelas impressões digitais - até 2020. Segundo o ministro, para o pleito do próximo ano, pelo menos 80 milhões de pessoas aptas a votar devem estar registradas pelo novo sistema.

"Certamente vamos concluir todo esse trabalho para as eleições de 2020", enfatizou ao falar sobre o tema no TRE-SP (Tribunal Re-

gional Eleitoral de São Paulo). O TRE-SP iniciou na semana passada o recadastramento biométrico obrigatório em 79 municípios, totalizando 933,8 mil eleitores. Atualmente, mais de 6,5 milhões estão registrados no novo modelo.

Para se recadastrar, os eleitores devem agendar o atendimento na página do TRE. Quem não comparecer à revisão nas cidades on-line terá o título cancelado. Nas demais localidades, os cidadãos podem pedir o registro voluntariamente.

Segundo Mendes, a identificação pelas impressões digitais vai dar mais segurança a processos como o de coleta de assinatura para criação de partidos ou para projetos de lei de iniciativa popular. "Eu imagino que, tanto nos projetos de iniciativa popular quanto apoio de formação de partidos, nós teríamos agora a possibilidade de usar esse sistema da assinatura digital."